

**MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA**

CLASSE DE CIÊNCIAS

Arqueologia, Transdisciplinaridade e *Praxis* territorial

LUIZ OOSTERBEEK



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA**

LISBOA • 2025

Título: Arqueologia, Transdisciplinaridade e *Praxis* territorial

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Data de edição: 2025

DOI: <https://doi.org/10.58164/k2kc-c337>

Arqueologia, Transdisciplinaridade e Praxis territorial

LUIZ OOSTERBEEK¹

RESUMO

A arqueologia, como campo científico de pesquisa, surgiu em meados do século XIX, na encruzilhada do que hoje se designam por humanidades, ciências sociais e ciências naturais. Esta dimensão radicalmente interdisciplinar foi complementada, desde o início, por uma componente estrutural que agora se designa por transdisciplinar. Nesta base, construiu-se também o impacto da arqueologia na sociedade e a sua importância epistemológica e social no presente, por destacar outros saberes que não os dos cientistas, não como uma alternativa, mas como uma componente da ciência. A arqueologia tornou-se, assim, um espaço único para a convergência de quatro abordagens disciplinares, mas também epistemológicas: narrativas literárias, avaliações antropológicas comparativas da diversidade, implementação de métodos científicos e participação social de não-especialistas no processo construção de dados básicos para a investigação. A arqueologia surgiu nesta encruzilhada de saberes académicos e não académicos, como a *praxis* acima referida, que hoje designamos por “transdisciplinaridade”.

Archaeology, Transdisciplinarity and Territorial Praxis Abstract

ABSTRACT

Archaeology, as a scientific field of research, emerged in the mid-nineteenth century, at the crossroads of what are now called the humanities, social sciences, and natural sciences. This radically interdisciplinary dimension was complemented, from the beginning, by a structural component that is now called transdisciplinary. On this basis, the impact of archaeology on society and its epistemological and social importance in the present were also built, by highlighting knowledge other than that of scientists, not as an alternative, but as a component of science. Archaeology has thus become a unique space for the convergence of four disciplinary but also epistemological approaches: literary narratives, comparative anthropological evaluations of diversity, implementation of scientific methods, and social participation of non-specialists in the process of constructing basic data for research. Archaeology emerged at this crossroads of academic and non-academic knowledge, such as the *praxis* mentioned above, which today we call “transdisciplinarity”.

NA VIRAGEM PARA A ERA DAS DISCIPLINAS: O NASCIMENTO DA ARQUEOLOGIA

A arqueologia científica surgiu em meados do século XIX como um campo de estudo interdisciplinar, na encruzilhada do que mais tarde seria conhecido

¹ Academia das Ciências de Lisboa, Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Portugal

como humanidades, ciências sociais e ciências naturais (Lumley, 1998). Por isso, ela inscreve-se no centro da conceptualização contemporânea do património, enquanto coconstrução social de base científica (Effron *et al.*, 2019).

Podem ser identificados três percursos académicos e intelectuais principais que conduziram ao que se tornou um campo académico estabelecido, a partir de meados do século XIX (Trigger, 2006).

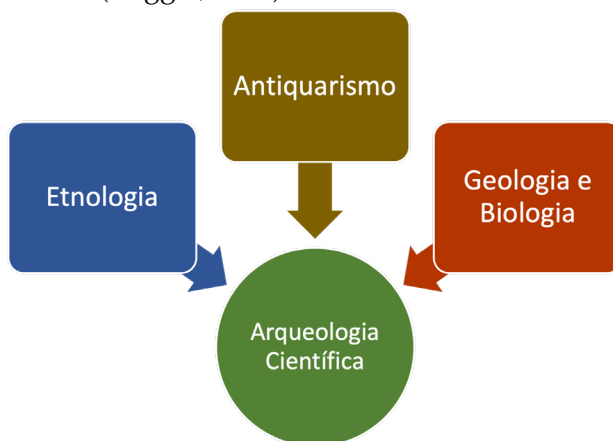


Figura 1. As três componentes principais da arqueologia científica, no século XIX.

O primeiro corresponde ao Antiquarismo, ele próprio decorrente do interesse do Renascimento pelas antiguidades clássicas, como parte de uma tentativa de construir o mito de um passado comum (Joyce, 1981). A relevância dos antiquários para as origens da arqueologia não reside tanto nos métodos (que não tinham grandes padrões na época), nem nas teorias (que eram em grande parte impulsionadas por uma narrativa literária que tendia a negligenciar a transformação cultural em favor da identificação de culturas “congeladas” e dos seus atributos no passado), mas em dois outros aspetos mais relevantes: a atenção à cultura material (que se tornou uma característica distintiva fundamental da arqueologia, sendo ela a fonte das suas principais possibilidades e limitações, mas também o núcleo conceptual do património material) e ao contexto histórico (a expansão do tempo e a noção de que a atenção à cultura material requer contribuições complementares de fontes orais, escritas e outras). Se a coleção de objetos e o registo de elementos do passado estavam presentes noutras tradições intelectuais ao redor do mundo, a especificidade de tal abordagem na Europa estava naturalmente ligada à expansão do comércio e das conquistas para além do continente

Europeu, o que gradualmente interrompeu a narrativa literária centrada nas antiguidades gregas e romanas, começando por abranger o Próximo Oriente (que ainda poderia ser “absorvido” por tal narrativa), para depois, diante do desafio de observar e interpretar tradições culturais totalmente distintas, que não podiam ser reduzidas a “raízes” da Europa, abrir o caminho de uma compreensão da existência de sequências culturais autónomas e, no entanto, de algumas convergências entre elas (Déchelette, 1908).



Figura 2. Caricatura do fundador do Museu Nacional de Arqueologia em Portugal, José Leite de Vasconcelos, em 1900, por Francisco Valença (fonte: <http://museunacionaldearqueologia-educativo.blogspot.com/2017/01/caricatura-de-jose-leite-de-vasconcelos.html>)

A comparação descontextualizada tornou-se um método importante nestes estádios iniciais da arqueologia, especialmente quando recorreu à sua segunda grande contribuição académica: a etnologia e a etnografia. Muitas vezes enraizados nas teorias evolucionistas que estruturaram os debates no século XIX (Morgan, 1877), enquanto os antiquários estavam fundamentalmente interessados na forma e no estilo, os etnólogos concentravam-se na função e no desempenho, registando o comportamento de outras culturas, como nos rituais associados ao uso de certos objetos dentro das sociedades com as quais a negociação se tornou a abordagem estratégica central dos impérios, especialmente na Ásia, mas também com alguns reinos na África (Ferreira, 2014) e, certamente, nos contextos mesoamericano-andino. A etnologia permitiu à arqueologia integrar métodos da antropologia e

alargar a sua abordagem aos vestígios materiais do passado às dimensões da função e da ritualização em sociedades há muito desaparecidas, incorporando assim uma aproximação à dimensão intangível do comportamento humano.

Mas a arqueologia só emerge como campo de investigação científica quando abraça, também, investigações classificatórias sobre a história da terra e da vida, em particular a geologia do quaternário e a paleontologia. É neste âmbito que se estrutura um quadro global de raciocínio, que toma por evidência primária os restos materiais (já trazidos à atenção pelos antiquários), por finalidade de pesquisa o estudo do comportamento humano (funções, formas, objetivos, tendências, ...) e por mecanismo explicativo a inscrição da história humana na história natural, ligando as três dimensões através de métodos e técnicas de análise espacial e cronoestratigráfica (Mortillet, 1885). As ciências da terra e da vida constituem-se, assim, como coluna vertebral da descrição e análise em arqueologia, enquanto as humanidades se assumem como estruturadoras dos objetivos da investigação. Na evolução ulterior da arqueologia, o cruzamento entre estes diversos campos científicos far-se-á, sobretudo, através da sua integração a partir do recurso às ciências da formação (Clarke, 1968) (Djindjian, 2010).

Porém, como o ciclo epistemológico dominante no século XIX, de influência positivista, privilegiava a evolução autónoma das disciplinas, e os primórdios da arqueologia científica ficaram igualmente marcados, apesar dessa dimensão multidisciplinar e interdisciplinar (bem evidenciada nos Congressos Internacionais de Arqueologia e Antropologia Pré-Históricas – CIAAP), por uma tensão metodológica profunda entre os métodos das ciências humanas (predominantemente comparativistas e indutivos) e os das ciências naturais (predominantemente analíticos e dedutivos), particularmente devido ao contexto fortemente positivista das ciências na segunda metade do século XIX.

Um exemplo muito claro desta tensão foi a polémica entre o arqueólogo espanhol Marcelino de Sautuola e o pré-historiador francês Émile Cartailhac, a propósito da datação relativa das pinturas de Altamira (Moro Abadía, 2013). Na sequência da descoberta de pinturas no teto da gruta de Altamira pela sua filha, Maria, Sautuola desenvolve uma linha argumentativa de correlação comparativista, que se apoiava nos dados da paleontologia (a representação de fauna extinta do Pleistocénico) e na comparação com a escassa arte móvel já conhecida,

para defender uma cronologia paleolítica para as pinturas. A apresentação desta interpretação na 9.^a sessão do CIAAP (em Lisboa, em 1880), foi rotundamente contestada pelo pré-historiador francês (coadjuvado pelo engenheiro e paleontólogo Édouard Harlé), que fora o primeiro a assumir o cargo de professor de pré-história numa universidade (em Toulouse), recusando a metodologia de Sautuola e defendendo o uso exclusivo das ciências e, em particular, da estratigrafia. Vinte anos mais tarde, Cartailhac reconheceria o seu erro numa carta aberta dirigida a Maria de Sautuola, já depois da morte do pai desta. O que foi interessante neste debate foi o facto de Cartailhac ter metodologicamente razão, à luz da ciência positiva na época, embora Sautuola tivesse consigo a razão substancial, como o próprio Cartailhac viria a reconhecer.

Curiosamente, o mesmo tipo de debate marcou o debate subsequente à descoberta de arte rupestre no Vale do Côa, em Portugal, no final do século XX. com os defensores da antiguidade paleolítica das gravuras a utilizarem, num primeiro momento, os mesmos métodos que utilizara Sautuola (Jorge, 1995), enquanto o recurso exclusivo aos métodos das ciências exatas e naturais, por parte de alguns arqueólogos que contestavam a antiguidade das gravuras, não deixou de fazer recordar as posições de Cartailhac (Bednarik, 1995).

Na origem desta divergência recorrente, é importante lembrar que o século XIX foi o momento da consolidação das ciências, incluindo a geologia, com a identificação de métodos para estudar evidências das transformações da Terra ao longo do tempo: a estratigrafia e sua datação através dos fósseis de espécies extintas. Esta abordagem através da estratigrafia integrou o estudo da terra e do bioma e teve uma grande importância nos debates sobre a evolução e suas várias teorias, incluindo a de Darwin (Darwin, 1859). No entanto, ao tentar datar os depósitos mais recentes encontrados nos terraços do Quaternário, os geólogos não encontraram fósseis de espécies orgânicas passadas, porque os seus restos tinham sido destruídos pela acidez dos sedimentos. Isso levou à busca de equivalentes desses fósseis, o que teve uma dupla consequência: a identificação de evidências concretas da atividade humana no Quaternário, evidenciadas por artefactos aos quais foi “emprestado” o valor de fósseis de referência (Boucher de Perthes, 1860) e o entendimento de que a estratigrafia e outros métodos científicos seriam de grande interesse na recuperação e interpretação de evidências desse passado humano.

Certamente, a arqueologia científica recorre fortemente à comparação, que continua a ser uma abordagem metodológica fundamental, e ainda faz uso de critérios tipo-morfológicos e de paralelos etnográficos, para avaliar os vestígios materiais passado, especialmente na formulação de hipóteses durante as fases iniciais da pesquisa (SMITH, 2011). No entanto, se a arqueologia tivesse permanecido a este nível, limitar-se-ia à elaboração de especulações sobre temáticas em disputa. O seu atual perfil académico e a sua fiabilidade são o resultado da fusão desses percursos com as ciências, em particular a geologia e a biologia.

TRANSDISCIPLINARIDADE

Esta dimensão radicalmente interdisciplinar foi complementada, desde o início, por uma componente estrutural que agora se designa por transdisciplinar. Diferentemente de outras disciplinas das humanidades, que foram construídas com base em dados recolhidos por especialistas (filólogos, paleontólogos, etc.), os dados básicos em arqueologia foram sempre recolhidos, principalmente, por não especialistas: trabalhadores, estudantes, amadores, etc. Os arqueólogos são quase sempre em número reduzido e limitam-se frequentemente à coordenação do trabalho e à formação e acompanhamento de não especialistas. Esta realidade, em que os arqueólogos dependiam do conhecimento de outros, seja para identificar sítios antigos, muitas vezes conhecidos pelas populações locais, seja para identificar objetos no terreno, muitas vezes mais facilmente reconhecidos pelo olhar experiente dos trabalhadores agrícolas (Fagan, 1978), levou à primeira experiência global de “ciências participativas” (Couvét & Teyssèdre, 2013).

Este quadro não escapou ao mundo académico, que por vezes desprezou o empenho de não-cientistas e de amadores. Mas, apesar disso, assim se construiu, também, o impacto da arqueologia na sociedade e a sua importância epistemológica e social no presente, ao reconhecer a importância para a investigação arqueológica de outros saberes, que não os dos arqueólogos: não como uma alternativa, mas como uma componente da ciência.

A arqueologia tornou-se, assim, um espaço único para a convergência de quatro abordagens disciplinares, mas também epistemológicas: narrativas literárias (originalmente impulsionadas pelo desejo de criar um passado mítico pré-medieval), avaliações antropológicas comparativas da diversidade (originalmente



Figura 3. Escavações em Tell Atrib, Aegiptus. Fotografia tirada pelo Centro Polaco de Arqueologia Mediterrânica da Universidade de Varsóvia (fonte: <https://pcma.uw.edu.pl/en/2019/01/18/tell-atrib-2/>)

exigidas pelos desafios da expansão colonial), implementação de métodos científicos (originalmente derivados do positivismo) e participação social de não-especialistas no processo construção de dados básicos para a investigação (necessidade imposta pela complexidade da arqueologia de campo, fonte primária de informação). Nenhuma destas contribuições deve ser considerada mais ou menos relevante do que as outras, mas a última manteve-se como uma exceção no quadro da educação científica e uma antecipação do quadro científico transdisciplinar, um século depois (Nicolescu, 2011).

Para dar apenas um exemplo, a arqueologia experimental evoluiu a partir de um foco inicial na tecnologia e não na morfologia, seguindo a abordagem científica (Coles, 1973), para depois se focar nos estudos sobre as funções práticas e simbólicas (de acordo com a abordagem antropológica) (Leröi-Gourhan, 1945), visando compreender melhor as mudanças culturais ao longo do tempo, recuperando assim as primeiras preocupações dos antiquários.

Esta é também a razão pela qual a arqueologia se estabeleceu, a partir do século XIX, não tanto como uma “disciplina”, mas como um campo de estudo interdisciplinar, no qual se afirmava uma consciência da igual relevância das humanidades (quem, o quê?) e das ciências (onde, em que condições, quando?) para a avaliação do passado humano.

Tal abordagem interdisciplinar criou, aliás, dificuldades à aceitação da arqueologia na Universidade (numa altura em que se procuram estabelecer disciplinas claramente separadas) e conduziu ao seu enquadramento académico irregular, que dura até aos dias de hoje, sendo possível encontrar cursos de arqueologia associados a departamentos de história, de antropologia ou de geologia, mas também de artes, de engenharia, de tecnologia e não só). Um universalismo que encontra o seu contraponto na ausência de qualquer elemento comum entre alguns dos cursos existentes.

Num certo sentido, desde as suas origens, a arqueologia pôs em causa a estrutura disciplinar da universidade, ou seja, muito antes da ecologia ou da biotecnologia. Daí decorreu, no início do século XX, a criação de institutos de investigação (como o Archaeological Institute of America, em 1879, do Institut de Paléontologie Humaine, em 1910, ou, mais tarde, do Institute of Archaeology London, em 1937) (Drewett, 1987), a demarcação em relação às áreas de conhecimento afins (com a antropologia) e a transformação dos CIAAPs em Congressos (e depois União) das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas (designação explicitamente multidisciplinar).

A este respeito é interessante seguir a evolução da discussão entre a União Internacional das ciências pré-históricas e proto-históricas e o Conselho Internacional de filosofia e ciências humanas, criado em 1949 pela UNESCO. Quando a UISPP pediu a sua filiação, começou por existir uma resistência contra essa colaboração direta, com o argumento de que já existia um membro, que era a União Internacional das sociedades de antropologia e etnologia, que poderia recobrir o campo da pré-história. É no quadro dessa discussão que os congressos de pré-história dão lugar à criação da União Internacional e, mesmo assim, só alguns anos mais tarde foi feita a admissão do novo membro. A UISPP argumentava com a sua maior antiguidade e com a especificidade do seu campo interdisciplinar, sendo que esta última dimensão não era algo evidente para uma parte importante dos membros do Conselho Internacional². Após uma primeira aprovação sem quórum, em 1953, só em 1956 é que ocorreria a filiação, que se mantém até hoje, e não sem que algumas dúvidas subsistissem nessa época.

O ciclo que se sucede à Segunda Guerra Mundial reorganizou toda a discussão sobre a relação entre as disciplinas e a dimensão da multidisciplinaridade e

² Arquivos do CIPSH na UNESCO.

da interdisciplinaridade, o que teve naturais implicações no campo da arqueologia. Para alguns autores, a principal divisão estruturou-se em torno dos defensores num primeiro momento do dedutivismo neopositivista, a chamada nova arqueologia, e os continuadores de uma vinculação da arqueologia à história, ou predominantemente à história. Nesta interpretação, a um ciclo processualista, muito influenciado pelos avanços das ciências naturais, sucederia a partir de finais da década de 1970 uma arqueologia pós processual, acompanhando as correntes pós-modernas no campo da filosofia. Creio, porém, que o essencial do debate e das divergências prosseguiu uma polémica que já vinha do século XIX, sobre se a arqueologia é sobretudo uma disciplina que gravita em torno de um método, ou se se trata de um conjunto de disciplinas e métodos que gravitam em torno de uma problemática (Hodder & Hutson, 2003).

Neste debate sobre os métodos e as prioridades da investigação em arqueologia podemos fundamentalmente identificar três ciclos em que o foco de alguma forma mudou. Num primeiro momento que se estende do século XIX até ao início do século passado e que tem como momento simbólico a famosa carta de Cartailhac a Maria de Sautuola (Cartailhac, 1902), a grande preocupação dos arqueólogos e em particular dos pré-historiadores é a clarificação tudo é que métodos a utilizar. Construída a partir de diferentes matrizes metodológicas, da geologia a filologia, o esforço da arqueologia centra-se nesse ciclo na disputa do método e, em particular, no confronto entre as metodologias predominantemente hipotético-dedutivas e as metodologias predominantemente comparatistas.

Num segundo momento, a Segunda Guerra Mundial traz para o primeiro plano a reflexão sobre a questão da preservação patrimonial. Não apenas sobre como preservar, mas também sobre o que deve ser preservado, porquê e para quem. É o ciclo dos sítios e monumentos, que encontra na decisão de encerrar a Gruta de Lascaux o seu exemplo paradigmático (Smith, 2004). Este ciclo prossegue até à década de 1970, através de estratégias focadas na preservação de vestígios não necessariamente contextualizados. O gigantesco trabalho de resgate dos monumentos de Abu Simbel, no Egito, ilustra bem este foco patrimonialista, que se constitui também como uma abordagem da investigação, centrada em sítios bem delimitados no espaço.



Figura 4. Ciclos de organização do foco teórico da pesquisa arqueológica.

A partir do final do século XX, regista-se uma deslocação do foco nos sítios para um foco nas paisagens, apoiando-se na longa tradição de contextualização ecológica dos estudos de arqueologia que se iniciou no século XIX (Robert, 2017), sendo que uma das características das abordagens paisagísticas, por oposição aos monumentos e sítios, é a ausência de uma definição rigorosa das suas fronteiras.

Em todo o caso, para o essencial da arqueologia do século XIX, da primeira metade do século XX e até cerca de 1980, a arqueologia é sobretudo um campo interdisciplinar de investigação histórica e, nesse sentido, esse campo pode ser dominado predominantemente pelas metodologias comparativistas das Humanidades, como em Gordon Childe (2016), ou pelas metodologias analíticas das ciências naturais e da formalização. Um campo que se estruturou com base em documentos materiais e não literários. Inversamente, para a chamada arqueologia pós processual, a arqueologia é sobretudo arqueologia, ou seja, é sobretudo uma disciplina com um corpo metodológico, orientada para o estudo de contextos sincrónicos e a partir de perspetivas atualistas.

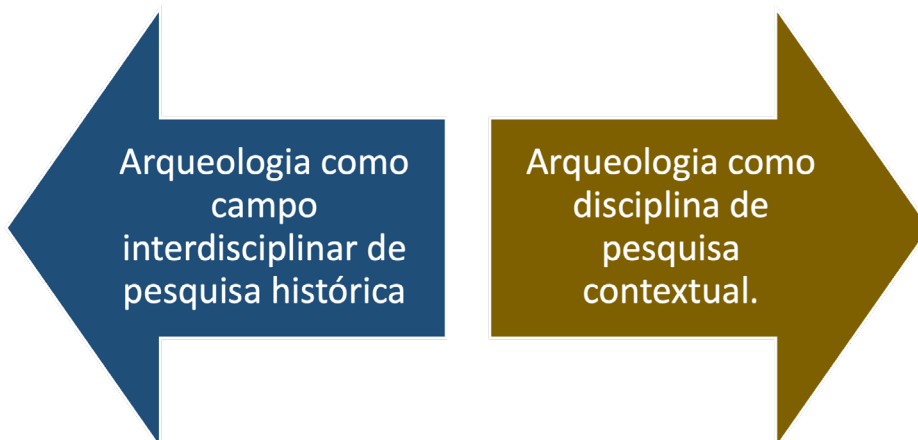


Figura 5. Dualidade de perspetivas teóricas na arqueologia do século XXI.

Esta dualidade de perspetivas em relação à arqueologia tem consequências epistemológicas profundas. A arqueologia enquanto campo interdisciplinar tende

a privilegiar o estudo das transformações ao longo do tempo e a causalidade radicada nos condicionalismos herdados; a arqueologia enquanto disciplina tende a privilegiar a dimensão espacial, a variabilidade e a adaptação no espaço e a causalidade radicada nos condicionalismos de contexto imediato e, entre eles, a vontade humana.

De tal forma estas perspetivas se afastaram que, em 1986, a UISPP teve uma cisão, que na aparência decorreu apenas de uma divergência sobre como tratar os investigadores provenientes da África do Sul, país no qual subsistia o regime de apartheid, mas que escondia uma divergência mais profunda e com implicações académicas. De facto, por detrás dessa divergência política, que cristalizou o debate de então, existia a tensão entre uma arqueologia enquanto campo metodológico que constrói uma interpretação histórica, o mais distanciada possível das divisões ideológicas contemporâneas, e uma outra arqueologia disciplinar, que constrói projetos de aplicação dos métodos dessa disciplina à contemporaneidade, sendo, por isso, mais atenta à diversidade das memórias, mais aberta à lógica das narrativas e mais empenhada politicamente.

ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE HOJE

A arqueologia atual, para além da sua diversidade, é predominantemente estruturada revisitando as suas raízes multidisciplinares e transdisciplinares, num contexto em que a própria universidade começa lentamente a questionar a sua estrutura disciplinar (Ng & Litzenberg, 2019). A arqueologia convida-nos a pensar a longo prazo e em termos de mudança de fronteiras, e estas duas dimensões são hoje essenciais para inscrever as preocupações contemporâneas, por exemplo sobre a sustentabilidade, no longo prazo (Collingwood, 1946).

A arqueologia também ajuda a clarificar a diferença e relação intrínseca entre territórios (objeto de análise nas ciências naturais) e paisagens (leituras culturalmente informadas desses mesmos territórios, marcadas pela diversidade) (Oosterbeek, 2017). Partindo da tensão entre as dimensões material e subjetiva das abordagens culturais da realidade, a arqueologia também se tem interessado pela articulação e complementaridade entre as ciências e as artes, destacando a relevância das Humanidades, num quadro interdisciplinar, como núcleo das questões humanas: opções, prioridades, necessidades e perspetivas.

No âmbito do debate das sociedades contemporâneas sobre a sustentabilidade, nas suas diversas dimensões (ambiental, socioeconómica, de segurança, etc.), a arqueologia ajuda a ampliar a escala temporal das referências, inscrevendo nessa escala a compreensão os dilemas que se colocam às comunidades humanas.

Pela especificidade da sua forma específica de fazer história, a partir dos vestígios materiais do comportamento humano inscritos na história natural da espécie, a arqueologia integra as diferentes áreas de conhecimento, o que também a converte num campo poderoso de didática da efetiva integração plena entre métodos estruturados a partir de quadros epistemológicos diversos.

Por outro lado, a valorização dos vestígios materiais, que constituem os aqúivos de dados primários em arqueologia, exprime-se através das coleções de museus e dos sítios arqueológicos, que são a base de referência para a produção, acumulação, transmissão e transformação do conhecimento, não apenas como fontes de informação, mas como terrenos da *praxis* arqueológica, em que intervêm arqueólogos e não arqueólogos também.

Ao mesmo tempo, ao integrar na construção dos seus dados analíticos a colaboração, maioritária, de não arqueólogos (trabalhadores, voluntários amadores, estudantes... mas também comunidades locais), a arqueologia também demonstra como se pode construir um quadro transdisciplinar de pesquisa.



Figura 6. Património no Centro de Portugal: Interpretação das Dinâmicas de Povoamento no Neolítico (5.500–3.500 cal. B.C.), em relação à geomorfologia e ao meio ambiente, ilustrado pela cultura material. (fonte: https://drive.google.com/file/d/1occjq8fl_nhpBLuhuFYXkOTokkyNprsM/view?usp=sharing)

A arqueologia evoluiu nesta encruzilhada de saberes tradicionais e conhecimentos académicos, como a praxis acima referida que, hoje, designamos por “transdisciplinaridade”. Mais importante, a arqueologia constituiu um corpus teórico de integração de dimensões muitas vezes ainda percecionadas como contraditórias: indução associada ao estudo das decisões humanas e dedução associada ao estudo das restrições comportamentais; ciência associada à interpretação racional dos dados e conhecimento associado à construção dos dados; a unidade dialética dos diversos, que evidencia como a unidade se exprime através da diversidade. Consciente da incerteza e da importância das singularidades (artefactos, sítios, contextos), a arqueologia rejeitou desde o século XIX as conclusões teleológicas, ao mesmo tempo que aprofundou o seu escopo metodológico, numa lógica unitária que se encontrará, mais tarde, no pensamento construtivista e, muito especialmente, em Edgar Morin (Morin, 1977). Pós-disciplinar antes do tempo, a arqueologia tem sido capaz de valorizar as disciplinas que a integram, sem definir hierarquias rígidas entre elas.

Mais fortemente do que a ecologia, que se ancora nos seres vivos em geral e enfatiza que os seres humanos fazem parte deles, a arqueologia apresenta essa relação com a história natural baseada no comportamento humano (Binford, 2001). Dessa forma, ajuda a compreender processos a partir da dinâmica humana, que são os únicos que podem ser compreendidos pela maioria dos cidadãos, sem formação específica em arqueologia. Permanecendo ancorado no material, auxilia as noções de durabilidade e irreversibilidade, fundamentais para os desafios do presente.

Revisitando hoje o seu quadro epistemológico original, a arqueologia ajuda a compreender que raciocinamos sempre dentro dos limites da razão.

Tudo isto não faz da arqueologia um campo “melhor” ou “pior” do que os outros. Mas esta aventura académica de mais de um século demonstra que a natureza transdisciplinar não é apenas “um nível superior” de conhecimento, mas sim uma outra forma de pensar, que se torna uma necessidade, uma obrigação, assim que se tenta trabalhar sobre o passado humano nas grandes escalas do espaço-tempo. Uma forma de pensar que, por sua vez, desencadeia uma noção participativa de património e de dinâmica social (Binns, 2024).

AGRADECIMENTOS

Uma primeira versão desta comunicação foi apresentada no III Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, organizado *online*, a convite do Professor Marc-Williams Debono, em 2023, tendo sido reformulada para apresentação na Academia das Ciências de Lisboa. A investigação foi realizada no âmbito do Centro de Geociências, do Instituto Politécnico de Tomar, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (contrato UIDB/00073).

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE CIÊNCIAS
NA SESSÃO DE 25 DE JANEIRO DE 2024
COMUNICAÇÃO RECEBIDA A 3 DE DEZEMBRO DE 2024

REFERÊNCIAS

- Bednarik, R. G. (1995). The Côa petroglyphs: An obituary to the stylistic dating of Palaeolithic rock art. *Antiquity*, 69, 877-882.
- Binford, L. R. (2001). *Constructing frames of reference: An analytical method for archaeological theory building using hunter-gatherer and environmental data sets*. University of California Press.
- Binns, C. (2024). From campus dig to community impact: Reflections from an armchair novice. *Journal of Community Archaeology & Heritage*, 11(1-2), 53-55.
- Boucher de Perthes, J. (1860). *De l'Homme antédiluvien et de ses œuvres*. Paris: Jung-Treuttel, Derache, Dumoulin, Didron.
- Cartailhac, E. (1902). Les cavernes ornées de dessins. La grotte d'Altamira, Espagne. "Mea culpa d'un sceptique". *L'Anthropologie*, 13, 348-354.
- Childe, V. G. (2016). *Piecing together the past: The interpretation of archaeological data* (Original work published 1956). Routledge.
- Clarke, D. (1968). *Analytical archaeology*. Methuen.
- Coles, J. (1973). *Archaeology by experiment*. Hutchinson.
- Collingwood, R. G. (1946). *The idea of history*. Clarendon Press.
- Couvet, D., & Teyssède, A. (2013). Sciences participatives et biodiversité, de l'exploration à la transformation des socio-écosystèmes. *Cahiers des Amériques Latines*, 72-73, 49-64.
- Darwin, C. (1859). *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. John Murray.
- Déchelette, J. (1908). *Manuel d'archéologie préhistorique, celtique et gallo-romaine. Vol. 1: Archéologie préhistorique*. Alphonse Picard et fils.
- Djindjian, F. (2010). Le rôle de l'archéologue dans la société contemporaine. *Revue Diogène*, 229-230, 78-90.
- Drewett, P. (1987). *The Institute of Archaeology and field archaeology*. Institute of Archaeology.

- Effron, M., McMurry, M., Pignagnoli, V. (2019). Narrative co-construction: A rhetorical approach. *Narrative*, 27(3), 332-352.
- Fagan, B. (1978). *Quest for the past: Great discoveries in archaeology*. Addison Wesley.
- Ferreira, F. A. (2014). Jogo dos Reis: Política internacional do Reino do Congo no Atlântico entre os séculos XVI e XVII. *Revista Mosaico*, 7(2), 157-164.
- Hodder, I., & Hutson, S. (2003). *Reading the past: Current approaches to interpretation in archaeology* (3rd ed.). Cambridge University Press.
- Joyce, W. L. (1981). Antiquarians and archaeologists: The American Antiquarian Society 1812–1912. *Proceedings of the American Antiquarian Society*, 91, 301-317.
- Jorge, V. O. (Ed.). (1995). Dossier Côa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35(4), 313-897.
- Leröi-Gourhan, A. (1945). *Milieu et techniques*. Albin Michel.
- Lumley, H. de. (1998). *L'homme premier: Préhistoire, évolution, culture*. Odile Jacob.
- Morgan, L. H. (1877). *Ancient society, or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization*. Macmillan & Company.
- Morin, E. (1977). *La nature de la nature* (Vol. 1). Le Seuil.
- Moro Abadía, O. (2013). Thinking about the concept of archive: Reflections on the historiography of Altamira. *Complutum*, 24(2), 145-152.
- Mortillet, G. de. (1885). *Le préhistorique: Antiquité de l'homme*. C. Reinwald.
- Ng, D., & Litzenberg, K. (2019). Overcoming disciplinary divides in higher education: The case of agricultural economics. *Palgrave Communications*, 5(26), 1-7.
- Nicolescu, B. (2011). De l'interdisciplinarité à la transdisciplinarité: Fondation méthodologique du dialogue entre les sciences humaines et les sciences exactes. *Nouvelles Perspectives en Sciences Sociales*, 7(1), 89-103.
- Oosterbeek, L. (2017). Encrypting and decrypting territories: Training, education and communication within landscapes. In *Education, training and communication in cultural management of landscapes: Transdisciplinary contributions to Cultural Integrated Landscape Management* (Arkeos, Vol. 42, pp. 11-18). Instituto Terra e Memória.
- Robert, S. (2017). Landscape archaeology and geography: Between observation, transfers and co-constructions. In P. Boissinot (Ed.), *Archaeology and social sciences (P@lethnology*, 9, pp. 52-61). University of Toulouse Jean Jaurès.
- Smith, D. (2004). Beyond the cave: Lascaux and the prehistoric in post-war French culture. *French Studies*, 58(2), 219-232.
- Smith, M. E. (Ed.). (2011). *The comparative archaeology of complex societies*. Cambridge University Press.
- Trigger, B. G. (2006). *A history of archaeological thought* (2nd ed.). Cambridge University Press.